

PÁGINA:	
ASS:	

EDITAL I		023 – REGISTRO DE PREÇOS – COM COTA	
		entual contratação de Empresa para Serviço de drolândia, para atender a Prefeitura e suas	
SRP?	Valor Total Estimado: R\$ 389.567,60	O (Trezendos e oitenta e nove mil quinhentos e	
SIM	sessenta e sete reais e sessenta cer	ntavos)	
Data de d	divulgação do Edital: 05/06/2023		
- ASS	ão, mediante aviso publicado no Diári SOMASUL e nos sítios vw.sidrolandia.ms.gov.br/arquivos/lici	o Oficial dos Municipios de Mato Grosso do Sul eletrônicos: <u>www.comprasbr.com.br</u> . e itacoes	
		s: 06/06/2023 até as 09horas do dia 20/06/2023	
		09h00, horário de Brasilia, no sítio eletrônico	
	nprasbr.com.br.	,	
	Modo de disputa: Aberto e Fechado , conforme art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.		
,	Exclusiva ME/EPP? Não	Há Itens Exclusivos ME/EPP e/ou Reserva de cota ME/EPP? Sim	
O Pregão	o Eletrônico será realizado em sessa	ão pública, por meio da INTERNET, mediante	
		e assegurem condições de segurança em todas	
	s do certame.		
	de esclarecimentos	Impugnações	
		Até as 17h00 do dia 15/06/23, horáro de MS	
pelo		lexclusivamente pelo e-mail	
	o.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br	comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br	
	ões Adicionais		
	s: (67) 3272-7400.	Endereço: Rua São Paulo, Nº 964, Sidrolândia	
E-mail:		- MS - CEP: 79.170-000.	
	o.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br		
	a de Sidrolândia:	CNPJ: 03.501.574/0001-31.	
Todas as	referências de tempo contidas neste	e Edital observarão o horário de Brasília.	
Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda seren processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR). O Edital está disponível para download nos endereços			
https://ww	vw.sidrolandia.ms.gov.br/arquivos/lici	tacoes e <u>www.comprasbr.com.br</u> .	



PÁGINA:	
ACC-	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2023 - REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 3090/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 211/2023 MENOR PREÇO POR LOTE

PREÂMBULO

- 1 DO OBJETO
- 2 DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
- 3 DA PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS
- 4 DO CREDENCIAMENTO
- 5 DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS
- 6 DA PROPOSTA ELETRÔNICA
- 7 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 9 DA HABILITAÇÃO
- 10 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
- 12 DOS RECURSOS
- 13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 14 DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS
- 15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
- 16 DO PREÇO
- 17 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
- 18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
- 19 DO PAGAMENTO
- 20 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
- 21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 24 -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

A **PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA-MS**, sediada à Rua São Paulo, Nº 964, Centro de Sidrolândia-MS, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado pela portaria de n° 08/23 torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo menor preço por item/lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, o Decreto Municipal 101/2013, Decreto Municipal 64/2020 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Sessão pública virtual a ser realizada de forma "on-line", no Portal de Licitações <u>Compras</u> <u>BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, gratuitamente na DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, na forma eletrônica, por meio digital, ou ainda, através de *download* (*via internet*), nos sítios eletrônicos oficiais (www.comprasbr.com.br e www.sidrolandia.ms.gov.br).

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. O objeto do presente PREGÃO é o Registro de Preços para "Futura e eventual Contratação de Empresa para serviço De Hospedagem No Município De Sidrolândia, Para atender a Prefeitura e suas Secretarias", de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo I do Edital.
- 1.2. A Aquisição será formalizada por intermédio de Nota de Empenho, na forma descrita na ata de registro de preços e nas condições previstas neste Edital.
- 1.3. O valor máximo, que poderá ser contratado e praticado, é o constante do Termo de Referência.
- 1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.5. A sessão de processamento do pregão será realizada por meio da internet, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições de segurança em todas as etapas do certame.
- 1.6 O recebimento da documentação requerida para participação da presente licitação, será realizado em data, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na forma digital, no Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>, salvo comunicação expressa em contrário. Após o credenciamento dos interessados que se apresentarem de forma "on-line" para tomar parte do certame, ocorrerá à sua abertura, em sessão pública virtual, que será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio designados nos autos do processo em epígrafe.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

1.7. DA REGÊNCIA LEGAL

- 1.7.1 Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;
- 1.7.2 Lei Federal nº 10.520/02;
- 1.7.3 Lei Federal n° 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor;
- 1.7.4 Lei Complementar nº 123/06
- 1.7.5 Lei Complementar nº 147/14;
- 1.7.6 Decreto Municipal nº 101/13
- 1.7.7 Decreto Municipal nº 64/2020
- 1.7.8 Decreto Federal nº 8.538/2015
- 1.7.9 Decreto Federal 10.024/2019
- 1.7.10 Decreto Municipal nº 089/2023
- 1.7.11 Demais disposições contidas neste Edital.

1.8 Órgãos Não Participantes:

- 1.8.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade <u>de adesão</u> e autorização do órgão gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e submeter à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.
- 1.8.2. A **adesão** deverá ser devidamente justificada no processo administrativo do órgão ou entidade não participante, pertinente à licitação, demonstrando a vantagem econômica na adesão à Ata, mencionando ainda a similitude de condições, tempestividade do prazo, suficiência das quantidades e qualidades dos bens a serem adquiridos, respeitando, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93.
- 1.8.3. Cada adesão por outros órgãos/entidades de direito público não poderá exceder ao quantitativo total registrado para cada item na Ata de Registro de Preços, devendo o órgão gerenciador especificar o quantitativo que autoriza adesão, mantendo registro no procedimento licitatório.
- 1.8.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 1.8.5. Ao órgão ou entidade não participante que aderir à presente ata e ao órgão ou entidade partícipe competem, nos respectivos procedimentos instaurados, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando todas as ocorrências ao órgão gerenciador, em especial informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em aceitar a Autorização de fornecimento ou documento equivalente para fornecimento ou prestação de serviços.

- 1.8.6 As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.
- 1.8.7 Para o remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não será necessária autorização do beneficiário da Ata de Registro de Preços.
- 1.8.8. O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, com a sua anuência.
- 1.8.9 O órgão interessado em realizar a adesão deverá enviar ofício, no seguinte e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br, citando os itens os quais gostaria de realizar a adesão com os respectivos quantitativos necessários.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 2.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, por meio do envio da petição ao Pregoeiro exclusivamente pelo e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br.
- 2.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de vinte e quatro horas, contadas de seu recebimento.
 - 2.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, caso advenha eventual modificação do Edital que afete a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
 - 2.2.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública exclusivamente pelo e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br.
 - 2.2.3. As respostas às impugnações apresentadas e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

3. DA PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

3.1 Poderão participar da presente licitação:

- 3.1.1 **Quaisquer empresas**, legalmente constituídas, enquadradas no ramo de atividade econômica pertinente e compatível (CNAE), comprovadamente correlacionado ao objeto da licitação, e que, satisfaçam as condições do Edital.
- 3.1.2 Empresas que atendam às exigências constantes no Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida para sua habilitação, qualquer que seja sua forma de constituição, ressalvado as particularidades do instrumento convocatório e/ou da legislação pátria em vigor.
- 3.1.3 Empresas cujo objeto social em vigor, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- 3.1.4 Sociedades cooperativas em que, o objeto social destas, sejam pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, ou seja, tenham o mesmo escopo, respeitando as vedações do art. 5º, da Lei Federal nº 12.690/2012. (art. 10, § 2º, da Lei nº 12.690/2012)
- 3.1.5 Empresas que estiverem constituídas no país, devidamente em consonância com as leis brasileiras.
- 3.1.6 Empresas e equiparadas que apresentarem os documentos aqui exigidos, e não estiverem sob declaração de inidoneidade ajuizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, que lhe tenha sido aplicada por força da Lei nº 8666/1993, em qualquer esfera administrativa do Poder Público.
- **3.2** Poderão participar do certame licitatório:
 - **3.2.1** Para os **itens 04, 05, 06 (cota reservada)** apenas as licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais, previstas nos arts. 1°, 8° e 13, do Decreto n. 8.538/2015, conforme dispõe o art. 48, I e III, da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, interessadas, comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto desta licitação e que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.
 - **3.2.2** Para os **itens 01, 02, 03 (cota principal)**, quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas, interessadas, comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto desta licitação e que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.
 - **3.2.2.1.** Os itens **04, 05, 06** (cota reservada) correspondem até 25% **01, 02, 03** (cota principal), e foi incluído neste edital em razão do inciso III, do art. 48°, da Lei Complementar nº 147/2014.



PÁGINA:	
ASS:	

- **3.2.2.2.** Na hipótese de não haver vencedor para os **itens 04, 05, 06 (cota reservada)**, este poderá ser adjudicado ao vencedor dos **itens 01, 02, 03 (cota principal)** respectivamente ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- 3.2.2.3. Se a mesma empresa vencer os itens 04, 05, 06 (cota reservada) e itens 01, 02, 03 (cota principal), a contratação deverá ocorrer pelo menor preço;
- 3.3. NÃO PODERÃO PATICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:
 - 3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 3.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 3.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 3.3.5. Estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, desde que não haja disposição expressa limitando os seus efeitos à esfera do ente sancionador;
 - 3.3.6. Estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Município de Sidrolândia/MS;
 - 3.3.7. Estejam cumprindo penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, desde que a decisão proferida pelo ente sancionador amplie, expressamente, os seus efeitos aos demais órgãos da Administração Pública Nacional;
 - 3.3.8. Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;
- 3.4 Do acesso virtual ao sistema provido, no âmbito do Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>:
 - **3.4.1** Para participar das sessões públicas virtuais, a licitante deverá realizar, previamente, o seu credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico de licitações, há no mínimo **12h (doze horas)**, imediatamente anteriores à data de sua realização, devidamente cadastrado junto ao Portal de Licitações **Compras BR**, o qual, utilizará-se de recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **3.4.2** O credenciado deverá dispor de cadastro ativo no Portal de Licitações, bem como, obtenção de chave de identificação (login) e da senha de uso pessoal, a ser criada sob sua própria responsabilidade, de conhecimento único, sigiloso e intransferível.
- **3.4.3** A chave de identificação (login) e a senha de uso pessoal, poderá ser utilizada em qualquer procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, administrado pelo Portal de Licitações **Compras BR**, salvo quando canceladas por solicitação da licitante, através de seu signatário e/ou responsável legal, ou ainda, por iniciativa do provedor do sistema eletrônico de licitações, ou, em último caso, a pedido da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, quando se tratar de licitante com suspensão temporária e impedida de contratar com o Município de Sidrolândia MS, por razões devidamente justificadas.
- **3.4.4** É de responsabilidade única e exclusivamente da licitante interessada, o seu credenciamento junto ao Portal de Licitações **Compras BR**, não interferindo a Administração neste aspecto, ou mesmo, competindo em nenhum caso, sob qualquer hipótese, as atividades efetivadas, cumpridas, acordadas e/ou pactuadas, entre terceiros.
 - **3.4.5** As informações, esclarecimentos e/ou dúvidas, acerca do acesso provido ao sistema eletrônico de licitações, ou mesmo, de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório, deverão ser obrigatoriamente sanadas pelo **SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO FORNECEDOR** do Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, através do canal "Fale Conosco", ou ainda, através dos telefones (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702, em dia de expediente, no horário compreendido entre das 08h00min às 18h00min (Oficial de Brasília-DF).
- 3.5 A licitante responsabilizar-se-á pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação, assumindo todo o ônus pela preparação e elaboração de sua proposta, assim como, aqueles necessários à sua habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.
- 3.6 Todos os custos decorrentes da documentação requerida para participação da presente licitação, assim como, da elaboração e da formulação da proposta de preços, é de responsabilidade única e exclusivamente da licitante interessada, não os competindo em nenhum caso, sob qualquer hipótese, ao Município de Sidrolândia MS.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para fins de credenciamento os interessados na participação do presente certame, deverão apresentar-se de forma "on-line", durante a sessão pública virtual, no âmbito do Portal de Licitações Compras BR, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, o qual, fazer-se-á mediante aceitação eletrônica dos termos e condições do Edital, utilizando-se de chave de identificação (login) e da senha de uso pessoal, consistentes em:



PÁGINA:	
ASS:	

- a) <u>termo de credenciamento</u> (eletrônico), devidamente autorizado pela licitante, verificada a conformidade de representação, concedida ao responsável para representar os interesses da empresa junto ao sistema eletrônico de licitações;
- **b)** <u>termo de habilitação</u> (eletrônico), que firme declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, verificada a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, bem como, também, ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; (art. 4°, inciso VII, da Lei 10.520/2002)
- 4.1.1 O credenciamento do responsável para representar os interesses da empresa junto ao sistema eletrônico de licitações, implicará definitivamente na responsabilidade legal pelos atos praticados pelo credenciado, bem como, a presunção de capacidade técnica suficiente para operacionalização do sistema e realização das transações inerentes ao referido "PREGÃO ELETRÔNICO", sob pena de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.
- 4.1.2 As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), que desejarem obter os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, ao aceitarem eletronicamente o termo de habilitação, deverão informar sua condição de enquadramento de porte empresarial, sob pena de preclusão.
 - I. a responsabilidade pela comprovação de enquadramento das empresas e equiparações, compete única e exclusivamente à licitante, concedidas por seus sócios, proprietários, dirigentes e/ou administradores, bem como, seu Contador ou Técnico Contábil (responsável técnico), os quais se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso, errôneo ou duvidoso:
 - II. a falsidade da declaração prestada, caracteriza-se como crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do ajuste em outras figuras penais e das sanções previstas na legislação em vigor;
 - III. a não-comprovação de enquadramento, ou ainda, o descumprimento da Lei ou do Edital, sem prejuízo das sanções cabíveis, constituirá renúncia expressa e consciente da licitante, desobrigando a Administração à conceder os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, aplicáveis ao presente certame, assim entendido não ter a Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), devidamente comprovado o seu enquadramento de porte empresarial.
 - IV. Entende-se para fins deste Edital, <u>comprovação de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP)</u>, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, documentação comprobatória, observadas as condições fixadas no subitem 3.1.1 do Edital, quando for o caso.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

V - A <u>DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA</u>
<u>DE PEQUENOPORTE</u> (Anexo VII), acompanhado da Certidão Simplificada da Junta
Comercial, deverá estar devidamente assinada pelo(a) proprietário(a), juntamente
com o(a) Contador(a) e deverão ser anexados ao sistema, juntamente com os
documentos de <u>HABILITAÇÃO</u>;

- 4.2 Entende-se por representação, qualquer pessoa física (PF), aquele a quem a licitante confere poderes, inclusive no que se refere a outorga de procurações, quando munido de documentação oficial que o habilite a responder em nome da licitante, o qual, fazer-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) <u>cópia de documento oficial de identificação pessoal</u>: registro de identidade (RG), carteira nacional de habilitação (CNH) e/ou qualquer outro documento equivalente, do representante apto ao credenciamento, quando elegível;
 - b) comprovação de poderes legais para representação da licitante:
 - I.tratando-se de representante legal: ato constitutivo ou estatuto em vigor, ou última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante) ou equivalente, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - **II.tratando-se de representante outorgado**: instrumento "público" ou "particular" de procuração, que comprove os poderes do mandante para a outorga, com competência expressa que lhe confere poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em decorrência de tal investidura, à título da outorgante. Entende-se para fins deste Edital, documentação comprobatória, nos casos de:
 - <u>Instrumento Público</u> documento oficial com data de expedição não superior a 12 (doze) meses, contados entre a data de sua emissão e à de sua apresentação. No caso de o instrumento exceder ao interregno citado, faz-se necessária a apresentação obrigatória de "CERTIDÃO ATUALIZADA" da referida procuração, visando a seguridade processual.
 - <u>Instrumento Particular</u> documento específico expedido pela outorgante, elaborado em papel timbrado da empresa e/ou em formulário próprio, devidamente assinado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal (com firma reconhecida).
- 4.3 Verificadas todas as credenciais, sem conhecimento de identificação da licitante, e desde que haja interessados, será declarada iniciada a sessão pública de abertura da presente licitação, casual dos acessos providos e administrados pelo Portal de Licitações Compras BR, de forma que, não será aceito a partir desse momento, a admissão de novos interessados, retardatários, ou ainda, a inclusão de qualquer documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação de cada fase do procedimento licitatório.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 4.4 A sessão pública de abertura transcorrerá de forma ininterrupta até o encerramento dos trabalhos, salvo por motivos justos, quando a mesma poderá ser suspensa por prazo a ser definido pelo Pregoeiro, podendo ocorrer o reínicio na própria sessão, ou ainda, a posterior, para análises que se fizerem necessárias.
- 4.5 Será admitido apenas <u>01 (um) representante por empresa interessada</u>, sendo que, cada representante só poderá importar apenas à uma única firma credenciada para participação do presente certame, não cabendo em hipótese alguma, ou sob qualquer pretexto, representações múltiplas ou afiliadas.
- 4.6 Todos quantos participarem de licitação promovida pela Administração, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. (art. 4º, da Lei nº 8.666/1993)
- 4.7 O não-comparecimento de qualquer licitante e/ou representante, de forma "on-line", durante a sessão pública virtual, no âmbito do Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>, não impedirá que elas se realizem, não cabendo ao ausente, reclamação de qualquer natureza, ressalvando-se o direito recursal, na forma da Lei.

5. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 A participação no certame se dará sempre por meio eletrônico, de forma "on-line", em sessões públicas virtuais, no âmbito do Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>, mediante chave de identificação (login) e da senha de uso pessoal, a ser criada sob sua própria responsabilidade, de conhecimento único, sigiloso e intransferível.
- 5.2 Para a inclusão da proposta de preços e dos documentos de habilitação, por padrão, o representante credenciado, devidamente autorizado pela licitante, deverá aceitar eletronicamente o "Termo de Credenciamento" e o "Termo de Habilitação", disponibilizados quando do acesso provido ao sistema eletrônico de licitações.
- 5.3 A documentação requerida para participação da presente licitação, deverá ser anexada obrigatoriamente ao sistema eletrônico de licitações, de acordo com o tipo do conteúdo específico para cada fase do certame, conforme os "itens 7 e 8" do Edital, referentes à PROPOSTA DE PREÇOS e aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, respectivamente, obedecendo as seguintes condições:
 - **a)** <u>de acordo com o tipo do conteúdo</u>, a inversão da documentação requerida, implicará sumariamente na desclassificação e/ou inabilitação da licitante, no presente certame;
 - b) <u>o prazo máximo</u> para envio da proposta de preços será de até <u>10 (dez)</u> <u>minutos</u>, imediatamente anteriores à data de sua apresentação.



PÁGINA:	
ASS:	

- c) <u>arquivos em formato digital ".PDF"</u> (portable document format) e/ou convertidos, caso sejam produto de escaneamento ou digitalização;
- **d)** <u>em situações excepcionais</u>, a critério do Pregoeiro, e para fins comprobatórios, o envio da documentação requerida poderá ser solicitada, a qualquer tempo, durante as sessões públicas virtuais, quando e sempre que necessário.
- 5.4 Toda documentação requerida para participação da presente licitação, inclusive, quando se ventilar de declarações formais, à exemplo de que tratam os ANEXOS do Edital, sempre que remetidos via sistema eletrônico de licitações, deverão constar devidamente rubricados e assinados, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação da licitante que o fez.
- 5.5 É de responsabilidade exclusiva de cada usuário, o sigilo de sua senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente pela licitante e/ou seu credenciado, não cabendo, em hipótese alguma, ao provedor do sistema eletrônico de licitações e nem à DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, sobre a responsabilidade por eventuais danos decorrentes pelo uso indevido (login e senha), ainda que por terceiros.
- 5.6 Caberá à interessada acompanhar todas as operações realizadas via sistema eletrônico de licitações, durante as sessões públicas virtuais, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância e/ou desídia de quaisquer mensagens emitidas pelo próprio sistema, ou ainda, qualquer outro motivo que resulte a desconexão da licitante.
- 5.7 Na hipótese de <u>desconexão do Pregoeiro</u> com o sistema eletrônico de licitações, no decorrer da etapa competitiva do certame, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, situação em que, serão considerados válidos e vigentes.
- 5.8 Quando a desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico de licitações, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública virtual será suspensa automaticamente e reiniciada somente decorridas 24h (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.9 Na hipótese de necessidade de suspensão para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de erros e/ou falhas não-substanciais da PROPOSTA DE PREÇOS ou dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico de licitações, com no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, devendo a ocorrência ser registrada na circunstanciada ata.
- NOTA: Toda e qualquer comunicação com o Pregoeiro, se dará somente via "<u>chat</u>" do sistema eletrônico de licitações, no âmbito do Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, vedada quaisquer tentativas, atitudes e/ou outros meios, que não sejam oficiais ou de costume, sob pena de não ser conhecido.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

6. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- 6.1 Para fins da proposta de preços, a proponente deverá registrar preços a serem ofertados, em campo próprio, devidamente disponível, sob pena de desclassificação, remetidos obrigatoriamente via sistema eletrônico de licitações, de forma "on-line", no âmbito do Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>, e, posteriormente, quando do encerramento dos trabalhos, ao fim do julgamento do certame, declarada a vencedora, igualmente apresentada na forma impressa, em invólucro fechado, lacrado e indevassável, de acordo com o disposto neste Edital, elaborada em papel timbrado da empresa e/ou em formulário próprio, devidamente rubricada e assinada, em todas as suas páginas, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, contendo no mínimo, todos os requisitos abaixo, consistentes em:
 - a) razão social, endereço, dados para contato e/ou informações complementares;
 - **b)** dados bancários: conta, agência, código e nome da instituição (preferencial);
 - c) carimbo padrão do CNPJ/MF (preferencial);
 - d) número do processo e da licitação;
 - **e)** descrição do objeto, sem conter alternativas ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais que um resultado, conforme modelo de PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO I) do Edital, ou equivalente;
 - f) preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional brasileira (R\$), verificado à data de sua apresentação, contendo todas as despesas financeiras, inclusive as legais e/ou adicionais, incidentes sobre o objeto licitado, respeitado os anexos complementares, quando for o caso;
 - **g)** validade da proposta de no mínimo <u>60 (sessenta) dias</u>, imediatamente posteriores à data de sua apresentação; ou ainda, na hipótese da sua omissão, será considerado o prazo indicado neste Edital;
 - h) condições de pagamento; ou ainda, na hipótese da sua omissão, será considerado o prazo indicado neste Edital;
- 6.2. Quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser fornecido, executado, sem ônus adicionais.
- 6.3. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

6.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.5. Cada Licitante poderá ofertar apenas uma proposta.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Iniciado os trabalhos, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>, vedada a identificação da licitante, passará o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas inseridas e, por consequência, extinguido o prazo máximo para seu envio, será encerrada também a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
 - 7.1.1 A partir do horário descrito no preambulo do edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de formecimento, previstas neste Edital.
 - 7.1.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo informados imediatamente do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
 - 7.1.3. Para fins de formulação dos lances os licitantes deverão durante toda etapa de lances ofertarem o preço por ITEM, obtido através da multiplicação dos valores unitário pela quantidade indicada no referido item.
 - 7.1.4. Só serão aceitos os lances, cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo sistema pelo próprio licitante.
 - 7.1.5. No preço dos lances deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, insumos, inclusive ferramentas, seguro, utensílios e equipamento, administração, impostos, taxas e despesas, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado.
 - 7.1.6. O sistema não aceitará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. Entretanto, o licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.
 - 7.1.7. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação ao autor do lance aos demais participantes.
- 7.2. Modo de disputa (ABERTO E FECHADO (art. 33, DECRETRO FEDERAL 10.024/2019)



PÁGINA:	
ASS:	

- 7.2.1. O modo de disputa aberto e fechado será de 15 (quinze) minutos de tempo inicial fixo (art. 33, Decreto Federal 10.024/2019).
- 7.2.2. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada (art. 33, § 1º, Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.2.3. Após o aviso de fechamento de lances, o sitema abrirá no prazo de 5 (cinco) minutos, oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, conforme § 2º do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.2.4. Finalizada a etapa de lances, o sistema ordenará todos os melhores valores (por ordem de vantajosidade) para que apresentem seus últimos lances finais e fechados. A proposta inicial também será considerada o primeiro lance (os melhores serão, então, o autor do menor lance e os demais que estiverem com valores até 10% acima do menor valor).
- 7.2.5. Nos 5 (cinco) minutos destinados à oferta de proposta/lances fechados, o licitante poderá optar por manter seu último valor ou cobri-lo em um novo e último lance final e fechado.
- 7.2.6. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, § 3º, art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.2.7. Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade, conforme § 4º do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.2.8. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, § 5º do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.2.9. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5°, conforme disposição do § 6° do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.



PÁGINA:	
ASS:	

- 7.3. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 7.4. Findo a fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica www.licitacoes-e.com.br, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.
- 7.7. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, solicitação de contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço mais vantajoso para o município, bem como decidir sobre sua aceitação.
 - 7.7.1. O Pregoeiro deverá negociar contraproposta exclusivamente pelo sistema eletrônico de licitações, sendo vedada a negociação por qualquer outro meio.
- 7.8. O Sistema anunciará o licitante detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances para cada lote, ou quando for o caso, após a negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 7.10. Acatada a proposta, constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e não havendo manifesto de intenção de interposição de recurso, o objeto será adjudicado à licitante autora da proposta ou lance de menor preço.
- 7.11. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda as estimativas para contratação.
- 7.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou que consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

7.13. A proposta de preços contendo as especificações detalhadas do objeto deverá ser formulada pela empresa vencedora e enviada através do e-mail: comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br; no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do encerramento da etapa de lances, com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, bem como suas respectivas planilhas.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 8.11.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.13. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Para fins de habilitação, a proponente deverá apresentar a documentação requerida, em campo próprio, devidamente disponível, sob pena de inabilitação, remetida obrigatoriamente via sistema eletrônico de licitações, de forma "on-line", no âmbito do Portal de Licitações Compras BR, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, e, posteriormente, quando do encerramento dos trabalhos, ao fim do julgamento do certame, declarada a vencedora, igualmente apresentados na forma impressa, em invólucro fechado, lacrado e indevassável, de acordo com o disposto neste Edital, contendo impreterivelmente, todos os requisitos abaixo, consistentes em:
- 9.2. A Documentação de Habilitação deverá ser apresentada de acordo com todas as exigências deste Edital.
- 9.3. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:
 - 9.3.1. Habilitação jurídica;
 - 9.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 9.3.3. Qualificação econômico-financeira;
 - 9.3.4. Qualificação técnica;
 - a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- 9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 9.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.6. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.6.1. Habilitação jurídica:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI:
 - c.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - c.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
 - c.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - c.4. **Tratando-se de procurador** deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga

9.6.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a. certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI.
- b. O Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizarão diligências complementares e poderão solicitar os esclarecimentos necessários para confirmar a veracidade da declaração de enquadramento de ME/EPP das empresas que tiverem propostas aceitas, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta;
- c. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- d. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.6.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- d. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.6.5. Declarações:

- a. Declaração Unificada, conforme ANEXO III do edital.
- b. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme **ANEXO VI** do edital
- c. Declaração de que caso seja vencedora, terá estabelecimento na cidade de Sidrolândia para atendimento "in loco" para a contratação do objeto desta Licitação
- 9.7. O Pregoeiro poderá nos termos do § 3º do Art. 43 da Lei 8.666/93, promover diligência para averiguação da autenticidade do documento apresentado;
- 9.8. Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou a apresentarem com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.
- 9.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema eletrônico.
- 9.10.1. Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.
- 9.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.12. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui as Leis 123/2006 e 147/2014.

- 9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 9.16. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.17. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.21. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

- 10.4. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.5. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.6. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico ou no e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br.
- 11.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarada o vencedor, qualquer licitante, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de maneira imediata e motivada, combatendo das decisões tomadas pelo Pregoeiro, fazendo-se promover no prazo da Lei, petição devidamente instruída da intenção de recurso manifestadp, a qual, a proponente deverá apresentar a documentação requerida, em campo próprio, devidamente disponível, sob pena de preclusão, remetida via sistema eletrônico de licitações, de forma "on-line", no âmbito do Portal de Licitações <u>Compras BR</u>, no sítio eletrônico <u>www.comprasbr.com.br</u>.
 - 12.1.1 A(s) Licitante(s podera(ão) apresentar a documentação pertinente ao Recurso Manifestado em Ata da sessão, também através do e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br ou presencialmente no Protocolo da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, situada na Rua São Paulo, 964, Centro, neste



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

Município, em dia de expediente, no horário compreendido entre das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min (Oficial de Brasília-DF)

- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida a origem, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 14.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.
- 15.2. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

16. DO PREÇO

- 16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.
- 16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1 O pagamento será no prazo de até **30 (TRINTA) dias** mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, acompanhada da(s) Requisições/Autorizações de Fornecimento.
- 19.2 A nota fiscal deverá ser preenchida com as descrições dos itens constantes na Ordem de Fornecimento, bem como quantidade, valor unitário, valor total de cada item e valor total da nota, com os destaques no rodapé da NF dos impostos a ser retido na fonte no caso do IRRF, conforme Inst. Normativa da RF nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 089/2023 de 02 de março de 2.023, o ISSQN Conforme Lei Federal nº116/2003 e Código Tributário Municipal.
- 19.3 Juntamente com a Nota Fiscal a CONTRATADA deverá apresentar as seguintes Certidões:
 - 19.3.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social CND **(INSS)**, mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 19.3.2 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei:
 - 19.3.3 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei:
 - 19.3.4 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
 - 19.3.5 A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST Tribunal Superior do Trabalho.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 19.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 19.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 19.12. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 21.2. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 21.3. apresentar documentação falsa;
- 21.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.6. não mantiver a proposta;
- 21.7. cometer fraude fiscal;
- 21.8. comportar-se de modo inidôneo;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 21.9. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.10. Licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.11. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.12. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 21.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br**, por petição dirigida ou protocolada no endereço RUA SÃO PAULO, Nº 964, CENTRO, SIDROLÂNDIA-MS, Seção de Licitações.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente licitação correrão a cargo das Secretarias, usuária da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

24.9. O Edital e seus anexos, **poderão ser obtidos gratuitamente**, na forma eletrônica, por meio digital, através de *download (via internet)*, nos sítios eletrônicos oficiais (www.comprasbr.com.br e www.sidrolandia.ms.gov.br), ou ainda, da mesma forma, retirados no protocolo da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, à sede da Prefeitura Municipal de Sidrolândia - MS, situada na Rua São Paulo, 964, Centro, neste Município, em dia de expediente, no horário compreendido entre das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min (Oficial de Brasília-DF), desde que fornecido pelo interessado, dispositivo de armazenamento de dados específico para tal fim (CD, DVD, PEN DRIVE, etc.), assim como, também, quando das hipóteses de vista franqueada. O interessado poderá ainda, caso querendo, obtê-los na forma impressa, através de cópias reprográficas simples (fotocópias), mediante prévio recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias extraídas, com base no custo unitário do serviço de reprografia e o valor praticado pelo mercado. (art. 32, § 5º, da Lei nº 8.666/1993)

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFÊRENCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA:

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI - MINUTA CONTRATO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Sidrolândia, MS, 02 de junho de 2023.

MARCUS VINICIUS ROSSETTINI DE ANDRADE COSTA Chefe da Disição de Compras e Licitação



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Governo e Desburocratização Secretaria Municipal de Fazenda, Tributação e Gestão Estratégica Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Secretaria Municipal de Educação Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal de Saúde

2.OBJETO

2.1 Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa para serviço De Hospedagem No Município De Sidrolândia, Para atender a Prefeitura e suas Secretarias.

Item	Especificação	Und	Quant	V.Unitario	V. Total
01	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na ategoria STANDARD LUXO. No valor a hospedagem deverá estar incluso a limentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Composição: ama box super. king com medida special / Ar condicionado digital split 12 mil - / Frigobar / Televisor 32" com anais a cabo e parabólica / Telefone / uarda roupa / Bancada para estudo e adeira de apoio / Apto com dois mbientes, sendo o quarto com ar e a nte sala que compões: sofá cama / esa de apoio com 02 poltronas Imofadadas / Banheiro privativo com duchas quem e frio. / ar condicionado de 9 mil). uarto com medidas aproximadas de 4 m² x 5 m² / Ante sala com medida de 3 m² x 5 m² - Aptos com vista para o Jardim e lazer. (Incluso café da manhã / stacionamento	UN	435	R\$ 140,00	R\$ 60.900,00



PÁGINA:	
ASS:	

	privativo e coberto / impeza diária com troca de roupa em ias alternados / Área de lazer com Piscina e redario.				
02	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO DUPLO. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (duplo) contendo, no mínimo, as seguintes especificações. Cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc.	UN	751	R\$ 214,00	R\$ 160.714,00
03	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO SINGLE. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir: Pernoite com café da manhã padrão	UN	606	R\$ 116,70	R\$ 70.720,20



ASS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

	cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc. SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na ategoria STANDARD LUXO. No valor a hospedagem deverá estar incluso a limentação (café da manhã), atendidos os				
4	requisitos a seguir. Composição: ama box super. king com medida special / Ar condicionado digital split 12 mil - / Frigobar / Televisor 32" com anais a cabo e parabólica / Telefone / uarda roupa / Bancada para estudo e adeira de apoio / Apto com dois mbientes, sendo o quarto com ar e a nte sala que compões: sofá cama / esa de apoio com 02 poltronas Imofadadas / Banheiro privativo com duchas quem e frio. / ar condicionado de 9 mil). uarto com medidas	Und	144	R\$ 140,00	R\$ 20.160,00



ASS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

	aproximadas de 4 m² x 5 m² / Ante sala com medida de 3 m² x 5 m² - Aptos com vista para o Jardim e lazer. (Incluso café da manhã / stacionamento privativo e coberto / impeza diária com troca de roupa em ias alternados / Área de lazer com Piscina e redario.				
5	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO DUPLO. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO DUPLO. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (duplo) contendo, no mínimo, as seguintes especificações. Cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade	Und	250	R\$ 214,00	R\$ 53.500,00



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

			01.01 4/0		
	da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc.				
6	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO SINGLE. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir: Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (single) contendo, no mínimo, as seguintes especificações: cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc.	Und	202	R\$ 116,70	R\$ 23.573,40
L				VALUE 1017	1L. 1\Ψ 303.301,00

b) A Equipe Técnica da Divisão de Compras, responsável pela elaboração do ETP e do TR, dos processos considerados comuns a todas as Secretarias, realiza uma reanálise detalhada dos quantitativos estimados e em cima do histórico de licitações anteriores e das justificativas apresentadas pelas Secretarias, realiza um ajuste nos quantitativos inicialmente previstos.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

3. JUSTIFICATIVA

A contratação de serviços de hospedagem no município de Sidrolândia, destina-se a atender as necessidades A presente contratação, tem por finalidade ainda, suprir eventual necessidade de diversas Secretarias no fornecimento de hospedagem em virtude de trabalhos realizados horário especial, bem como atender demanda nos eventos promovidos pelas diversas Secretarias deste município, relacionadas as diversas atividades desenvolvidas no decorrer do exercício, tais como calendários de atividades esportivas, cursos, seminários, palestras voltadas para as áreas da saúde, bem como, demais eventos de interesse desta municipalidade. Desta forma faz-se necessário a realização de procedimento licitatório visando a contração pretendida. Bem como atender demanda nos eventos promovidos pelas diversas Secretarias deste município, relacionadas as diversas atividades desenvolvidas no decorrer do exercício, tais como calendários de atividades esportivas, cursos, seminários, palestras voltadas para as áreas da saúde, bem como, demais eventos de interesse desta municipalidade. Desta forma faz-se necessário a realização de procedimento licitatório visando a contratação pretendida.

Cada Secretaria demandante em sua Solicitação de Demanda – SD, expressa sua JUSTIFICATIVA para a solicitação dos materiais que ora pretende-se licitar.

4. DA ENTREGA E DOS PRAZOS

que será enviado junto as notas de Empenho.

- 4.1. O prazo dos serviços será de até 02 dias uteis do envio da Nota de Empenho, 4.1.1 A entrega será realizada, em dias uteis, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, nos seguintes endereços designados pelas secretarias demandantes da ata de registro
- 4.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **02 dias uteis**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 24 horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 4.3.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **24 horas**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

4.6. Os objetos/material utilizado na limpeza dos veículos, deverão ser novos (1ª linha) e atender os dispositivos da Lei 8.078/1990 do Código de Defesa do Consumidor

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SEERVIÇOS

- 5.1 O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante **12 (doze) meses**; assim, não poderão ser executados em uma única parcela, devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas pelo órgão solicitante,
- 5.2. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.
- 5.3. Para fornecimento dos SERVIÇOS, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado a Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.
- 5.4. A prestação dos serviços, será de forma parcelada, na medida da necessidade, as Secretarias interessadas, através de servidores previamente autorizados, farão as solicitações dos serviços junto à contratada, mediante Solicitação de Fornecimento, emitido pelo pela Secretaria demandante.
- 5.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização (inclusive sanitária) por parte do município, para acompanhar o fornecimento dos serviços, devendo a Contratada prestar esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas.
- 5.6. O Licitante deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, Portaria do Ministério do Turismo nº 100 de 16/06/2011, Lei 11.771 de 17/09/2008 e o disposto no disposto na IN 013/UNIR/PRAD/2014 de 25 de agosto de 2014;
- 5.7. A Administração Municipal determinará o tipo de apartamento a ser utilizado pelo(s) o(s) hospede(s) em cada requisição: diária em apartamento **SINGLE**, **DUPLO ou LUXO** (incluído café da manhã).
- 5.8. Estritamente proibida a inclusão nos serviços de outras despesas que não sejam a da **HOSPEDAGEM**, a serem pagos pela Administração Municipal.
- 5.9. A licitante vencedora deverá cumprir as normas regulamentares sobre higiene, medicina e segurança do trabalho.
- 5.10. Os quartos deverão ser devidamente arejados e espaçosos permitindo a acomodação das pessoas, bem como de seus pertences, com banheiro privativo, ar-condicionado,



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

televisão, dentre outros eletrodomésticos, oferecendo qualidade em sua acomodação.

- 5.11. O atendimento se dará conforme reserva de hospedagem, devendo a contratada ser notificada por escrito através de Autorização de Fornecimento encaminhada, no qual conste o nome do beneficiário e o período estimado. Não será autorizada despesa que não esteja prevista neste Termo de Referência3.14. A contratada deverá acatar as sugestões recebidas da CONTRATANTE,
- 5.12. Nos finais de semana, feriado ou fora do horário de expediente, sempre quando necessário e devidamente autorizado.
- 5.13. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.
- 5.14 Os serviços de Hospedagem serão solicitados ao fornecedor no prazo mínimo de **02** dias uteis de antecedência.
- 5.15. A contratada deverá adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados quanto para execução do serviço em si, inclusive as normas internas e de segurança no trabalho com fornecimento de equipamentos apropriados conforme legislação vigente.
- 5.16. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **IMEDIATAMENTE**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante.
- 5.17. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 5.18. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos serviços fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da Ata, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação
- 5.19. Os serviços de Hospedagens, solicitadas deverá ser feitas, todos o inclusive em finais de semanas e feriados

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes das aquisições da presente licitação correrão a cargo das Secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8. PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será no prazo de até **30 (trinta) dias** mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, acompanhada da(s) Requisições/Autorizações de Fornecimento.
- 8.2 Juntamente com a Nota Fiscal a CONTRATADA deverá apresentar as seguintes Certidões:
 - 8.2.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social CND **(INSS)**, mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 8.2.2 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;
 - 8.2.3 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei:
 - 8.2.4 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
 - 8.2.5 Á comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST Tribunal Superior do Trabalho.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da

CONTRATANTE:

- 9.1.1. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas da efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
- 9.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
- 9.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da contratação;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 9.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;
- 9.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, e em estrita observância das especificações do edital, termo de referência e da proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal constando detalhadamente a procedência e prazo de garantia;
- 10.2. O produto será entregue de forma parcelada, de acordo com a solicitação do setor requisitante.
- 10.3. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento dos produtos nas quantidades e condições, a entrega deverá ser procedida imediatamente pelo Fornecedor;
- 10.4. Os serviços deverão ser prestados, todos os dias da semana inclusive em finais de semanas e feriados, mediante apresentação da Nota de Autorização de Despesa pela Secretaria solicitante:
- 10.5 Substituir os objetos licitados considerados imprestáveis, que não atendam as especificações constantes no Termo de Referência e/ou que não estejam adequados para o uso, devendo os mesmos ser substituídos no mesmo instante da notificação feita pela administração.
- 10.6 Fornece o objeto licitado em conformidade com as condições da Autorização de Fornecimento conforme estabelecido em Edital.
- 10.7 Nos preços propostos devem estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre a prestação de serviço.
- 10.8 Permitir que o servidor indicado pela Contratante fiscalize, acompanhe, controle, avalie e recuse quaisquer materiais que não atendam às exigências que lhe forem solicitadas por escrito.
- 10.9 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.
- 10.10 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante na execução do objeto contratual.
- 10.11 Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos que não possuam vínculo empregatício com a Contratante.

- 10.12 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato.
- 10.13 Observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, Portaria do Ministério do Turismo nº 100 de 16/06/2011, Lei 11.771 de 17/09/2008 e o disposto no disposto na IN 013/UNIR/PRAD/2014 de 25 de agosto de 2014;
- 10.14 Oferecer toalhas de banho, lençóis, materiais de higiene pessoal (sabonete e papel higiênico de primeira qualidade);
- 10.15 Oferecer Café da manhã sem a inclusão de nenhum adicional ao valor da hospedagem.
- 10.16 Os quartos deverão ser devidamente arejados e espaçosos permitindo a acomodação das pessoas, bem como de seus pertences, com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão, dentre outros eletrodomésticos, oferecendo qualidade em sua acomodação;
- 10.13 Nos finais de semana, feriado ou fora do horário de expediente, a empresa deverá disponibilizar funcionário responsável para atender aos casos excepcionais e urgentes;
- 10.14. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegure e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 10.15. Responsabilizar-se pelas despesas médicas com seus empregados, bem como servidores e terceiros, no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação dos serviços;
- 10.16. A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros e à CONTRATANTE:
- 10.17. Atender prontamente a quaisquer exigências das Secretarias, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 10.18. Comunicar a Secretaria no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 10.20. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando *da execução do contrato;*
- 10.21. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Minuta de Contrato;
- 10.22. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 10.23. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 10.24. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;
- 10.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10-.26. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11. Indicação de fiscal de contrato

11.1 Cada Secretaria usuária da Ata irá designar seu fiscal, que será responsável por um dos Atestados da NF e deverá acompanhar a gestão da mesma, conforme dispõe o art. 67 da Lei Federal 8.666/93.

12.DAS EXIGÊNCIAS

12.1 Declaração de que caso seja vencedora, terá estabelecimento na cidade de Sidrolândia para atendimento "in loco" para a contratação do objeto desta Licitação.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2023 PROCESSO Nº 3090/2022x

	MODELO DE PROPOSTA	
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade	/ Estado:	
Fone:	/ E-mail:	
À Equipe de Pregão:		
Edital do Pregão eletrônico S	SRP Nº. 66/2023	

Senhor Pregoeiro, nossa proposta para cumprir o Objeto desta licitação nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos é a seguinte:

Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa para serviço De Hospedagem No Município De Sidrolândia, Para atender a Prefeitura e suas Secretarias.

Item	Especificação	Und	Quant	V.Unitario	V. Total
01	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na ategoria STANDARD LUXO. No valor a hospedagem deverá estar incluso a limentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Composição: ama box super. king com medida special / Ar condicionado digital split 12 mil - / Frigobar / Televisor 32" com anais a cabo e parabólica / Telefone / uarda roupa / Bancada para estudo e adeira de apoio / Apto com dois mbientes, sendo o quarto com ar e a nte sala que compões: sofá cama / esa de apoio com 02 poltronas Imofadadas / Banheiro privativo com duchas quem e frio. / ar condicionado de 9 mil). uarto com medidas aproximadas de 4 m² x 5 m² / Ante sala com medida de 3 m² x 5 m² - Aptos com vista para o Jardim e lazer. (Incluso café da	UN	435		



PÁGINA:	
ASS:	

	T			1	
	manhã / stacionamento privativo e coberto / impeza diária com troca de roupa em ias alternados / Área de lazer com Piscina e redario. SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO DUPLO. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da				
02	manhã), atendidos os requisitos a seguir. Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (duplo) contendo, no mínimo, as seguintes especificações. Cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc.	UN	751		
03	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO SINGLE. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir: Pernoite		606		



ASS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

	com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (single) contendo, no mínimo, as seguintes especificações: cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet,	UN		
4	etc. SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na ategoria STANDARD LUXO. No valor a hospedagem deverá estar incluso a limentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Composição: ama box super. king com medida special / Ar condicionado digital split 12 mil - / Frigobar / Televisor 32" com anais a cabo e parabólica / Telefone / uarda roupa / Bancada para estudo e adeira de apoio / Apto com dois mbientes, sendo o quarto com ar e a nte sala que compões: sofá cama / esa de apoio com 02 poltronas Imofadadas / Banheiro privativo com duchas quem e frio. / ar condicionado	Und	144	



PÁGINA:	
ASS:	

	de 9 mil). uarto com medidas aproximadas de 4 m² x 5 m² / Ante sala com medida de 3 m² x 5 m² - Aptos com vista para o Jardim e lazer. (Incluso café da manhã / stacionamento privativo e coberto / impeza diária com troca de roupa em ias alternados / Área de lazer com Piscina e redario.			
5	Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO DUPLO. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do SERVIÇOS DE HOTELARIA — Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO DUPLO. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir. Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (duplo) contendo, no mínimo, as seguintes especificações. Cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando	Und	250	



PÁGINA:	
ASS:	

	afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc.				
6	SERVIÇOS DE HOTELARIA – Hospedagem em apartamento na categoria STANDARD TIPO SINGLE. No valor da hospedagem deverá estar incluso a alimentação (café da manhã), atendidos os requisitos a seguir: Pernoite com café da manhã padrão fornecidos aos hóspedes do hotel. O hotel deverá disponibilizar apartamentos obedecendo a solicitação quanto a categoria e tipo (single) contendo, no mínimo, as seguintes especificações: cama de solteiro ou casal, com roupas de cama e cobertas; ar condicionado; TV convencional; banheiro privativo, boa iluminação e ventilação adequada. Os serviços a serem contratados referem-se, exclusivamente, a hospedagem e alimentação (café da manhã), estando afastadas da responsabilidade da Contratante aquelas referentes a utilização de outros serviços por ventura oferecido, tais como: bar, lavanderias, frigobar, internet, etc.	Und	202	WALOE	R TOTAL: R\$
1	1	1	I	· VAI()H	, 1() A ' R%



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

sobre o objeto ofertado, tais como fretes, impostos, taxas, contribuições e demais encargos relacionados no instrumento convocatório. Declaramos ainda que, concordamos com todos os termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 66/2023 e seus Anexos. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Sidrolândia-MS,	de	de 2023.		
	NOME:		 	
	RG: Cargo na Em		 	
	Carimbo do C	CNP.I		



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO III DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2023 PROCESSO Nº 3090/2023

de	direito	privado,	inscrita	no	(razão CNPJ	social), p		•
				_		do CNPJ),	_	
					,	N°	_, N	<i>l</i> unicipio
		-	_ (endereço), ¡	oor intern	nédio de s	eu (a) repre	esenta	nte legal
Sr(a)			-		(n	ome), insc	rito(a)	no CPF
sob o	nº			e no RO	3 nº			,
declar	a, para fins	de participação	o no procedin	nento licit	atório sob	a modalid	ade de	Pregão
Eletrôi	nico SRP n°	66/2023:						

- a) Declaramos, Cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.
- b) Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).
- c) Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação, na forma determinada no $\S~2^\circ$, do art. 32 da Lei Federal n° 8.666/93
- d) Declaramos, que não possuimos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, da contratante, sendo de inteira responsabilidade do contratado a fiscalização dessa vedação; (art. 18, XII, Lei 13.080/2015).
- e) DECLARO de que caso seja vencedora, no ato da assinatura do Contrato/Ata de Registro irá apresentar o comprovante de que a mesma está cadastrada no "SISTEMA E-CJUR" do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme dispõe o inciso V do Artigo 15 da Resolução nº 65, de 13 de dezembro de 2017, alterada pela Resolução nº 149, de 28 de julho 2021
- f) DECLARO para os devidos fins que caso seja vencedora do Pregão Eletrônico nº 66/2023, Processo nº 3090/2023, indicarei como PREPOSTO, o seguinte funcionário:



PÁGINA:	
ASS:	

NOME COMPLETO CPF: ENDEREÇO: E-MAIL: TELEFONE:	
Local, de _	de 2023.
	Assinatura do representante legal



PÁGINA:
ASS:

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2023 PROCESSO Nº 3090/2023

direito		priva	do,	inscrita		no nformar	((razão CNPJ numer		sol		0		nº
Sr(a) _sob	0	nº			ndereço		((informa	le sei (noi ar)	me), e	inscr	esenta ito(a)	no C RG	egal CPF nº
elabora	ada de parte,	mane	Edital de leira indepe a ou indir potencia	Pregão endente etament	pela lici	co nº 60 tante e	6/20 o cc	23, que inteúdo	e a p o da p	ropo propo ebido	sta a osta n	prese ão fo	entada i, no to	foi odo utro
		-	e a intenç qualquer	•	•	-	•						cutida licitaç	
			declara qu quer outro r		•	•	-		-		•	•		ipar
plenos	poder	es e i	ar plenam nformaçõe e que os p	es para	firmá-la,	se res	pons	sabiliza	ndo į	pela	execu			
						(mu	ınicíį	pio) - (UF),	(dia)	de (mês)	de (a	no).
			CND I	razão s	ocial)		_							



PÁGINA:
ASS:

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO V MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2023-SRP PROCESSO Nº 3090/2023

2.2 A Sr(a) Ata de Ro	egistro de Prec	, que res ços.	, e-mail sponderá po	_, CPF _ r toda e qua	lquer situ	, E	I eletone
2.2 A Sr(a)	empresa		, e-mail	_, CPF _		, E	ndereço Telefone
2.2 A	empresa	acima 		_, CPF _		, E	ndereço
2.1 Empr telefone	, RG nº		a:4aala	ndica c	omo F		
	esa Adjudicatár nº ,	ria: fax nº , CPI	, CNPJ n ^o , repre F nº	esentada po 	, com se or seu	de no,	Senhor
	IPRESA REGIS						
	quantidades co , não se obrigar				Anexo I)	são estima	ativas de
Empresa Prefeitura da ata na	esente Ata tem p para serviço a e suas Secreta a imprensa ofici exos, os quais pa	De Hospeda arias. pelo pe ial, conforme	agem No Mu eríodo de 12 (especificaçã	unicípio De doze) mese es e condiç	Sidrolând s após a p ões estab	lia, Para a oublicação d elecidas no	itender a do extrato
1. DO OE	3JETO:						
SIDROL legais, re e nº 3.5	° 03.501.574/00 Cristina Camilo, ° 638.072.381-1 LÂNDIA-MS - M esolve, nos term 55/2000, em fa letrônico – SRP es:	n sede na RU 001-31, neste portador(a) o 5, residente S, doravante nos das Leis n ce da Licitaç	JA São Paulo e ato represe da Carteira d e domiciliad denominada nº 8.666/1993 ão Pregão E	, Nº 964, Bai entado pela de Identidado o na Rua D a Contratanto e nº 10.520, letrônico nº	irro: Centro PREFEITA e RG n.º 1 Distrito Fec e, no uso 1/2002, Dec 66/2023, 1	o, CEP: 79. A MUNICIF 1920193 S deral n° 64 de suas at cretos nº 7.8 modalidade	170-000, PAL, Sra. SP/MS e , Centro, ribuições 392/2013 e pregão,
SIDROL CNPJ no	_ dias do mês o ÂNDIA-MS, cor						

Rua São Paulo, 964 - Centro - Fone (67) 3272-7400 - CEP 79.170-000 - Sidrolândia - MS



PÁGINA:	
ASS:	

CNP I/MF: 03 501 574/0001-31

	OIN ONNI .	00.001.014	70001-01	
por intermédi	o do Sr		_, CPF N:	·
4. DOS PRE	ÇOS REGISTRADOS:			
constam da	o, as quantidades e as espe proposta da empresa adjudi de R\$ (catária, que		•
Item	Especificação	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

5. DA ASSINATURA DO TERMO DO CONTRATO E DO PEDIDO DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

- 5.1. Após a assinatura desta Ata de Registro de Preços, se houver necessidade do fornecimento imediato, as Secretarias convocaram a empresa cujo preço foi registrado.
- 5.2 As Secretarias farão a solicitação para a entrega do objeto mediante emissão de pedido de entrega, cujo conteúdo deverá estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023.
- 5.3 A empresa adjudicatária deverá acusar o recebimento da solicitação, no prazo máximo de 24 horas.
- 5.4 A empresa adjudicatária fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
- 5.5 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os produtos, conforme especificações e condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023 e em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR:

- 6.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, da empresa registrada, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo aos quantitativos definidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023.
- 6.2. Notificar a contratada quanto ao pedido de entrega, mediante o seu envio por meio de email a ser repassado ou retirado pessoalmente pela contratada.
- 6.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
- 6.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados Rua São Paulo, 964 Centro Fone (67) 3272-7400 CEP 79.170-000 Sidrolândia MS



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

permanecem compatíveis com os praticados.

6.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços registrados e à aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO DETENTOR:

- 7.1. Garantir que os atos relativos ao registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente.
- 7.2. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório.
- 7.3. Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.
- 7.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 7.5. Pagamento das faturas dos fornecedores provenientes da execução do objeto desta ata, quando desta fizerem uso na forma da lei.
- 7.6. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o **CONTRATO**.
- 7.7. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**.
- 7.8. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto do **CONTRATO**, que sejam solicitados pela **CONTRATADA**.
- 7.9. Rejeitar os serviços que não estejam de acordo com o determinado no objeto do **CONTRATO**, por terceiros sem autorização.
- 7.10. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.11. Fiscalizar a execução do objeto do **CONTRATO**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou de sua suspensão.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS (FORNECEDORES) DA ATA:

- 8.1. Assinar esta ata, no prazo determinado.
- 8.2. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
- 8.3. Manter atualizados os dados da empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, fax, e-mail, entre outros.
- 8.4. Prestar os serviços em cima dos quantitativos licitados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º. do art. 65º, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.
- 8.5. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos que venham a ocorrer a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua demora ou da sua omissão na execução do objeto deste **CONTRATO**.
- 8.6. Executar o objeto deste **CONTRATO**, somente mediante autorizações escritas fornecidas pela **CONTRATANTE**.
- 8.7. Cumprir com todos os prazos e condições estabelecidos neste **CONTRATO**.
- 8.8. Assumir, com exclusividade todos encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste **CONTRATO**, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 8.9. Cumprir todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 8.10. Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ou títulos de créditos emitidos e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão unilateral do **CONTRATO**.
- 8.11. Responsabilizar-se pelos ônus de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas ao cumprimento do presente **CONTRATO**;
- 8.11. Instruir o fornecimento do objeto do **CONTRATO**, com a nota fiscal correspondente, juntando cópia da solicitação do produto e do comprovante do respectivo recebimento.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 8.12. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e pregão supramencionados.
- 8.13. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da licitante.

9. DO PAGAMENTO:

- 9.1 Emitir a NF de bens ou serviços, com os destaques no rodapé da NF dos impostos a ser retido na fonte no caso do IRRF, conforme Inst. Normativa da RF nº 1.234/2012 e <u>Decreto Municipal nº 089/2023 de 02 de março de 2.023</u> e o ISSQN Conforme Lei Federal nº116/2003 e Código Tributário Municipal.
- 9.2. O pagamento será parcelado de acordo com o fornecimento, efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, acompanhada do relatório dos serviços prestados e dos seguintes documentos:
 - 9.2.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social CND **(INSS)**, mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.2.2 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;
 - 9.2.3 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei:
 - 9.2.4 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
 - 9.2.5 A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST Tribunal Superior do Trabalho.

10. DA REVOGAÇÃO DA ATA E CANCELAMENTO DO REGISTRO:

10.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preço;
- 10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 10.1.3. Sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 10.2. O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11. DA VIGÊNCIA:

11.1 A vigência desta Ata de Registro de Preços é de doze meses, contado da publicação do extrato.

12. DAS PENALIDADES:

12.1 A contratada ficará sujeita, nos casos de atraso injustificado no fornecimento, inexecução total ou parcial do contrato a ser firmado, às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações penais, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 13.1. O registro de preços objeto desta ata e a sua assinatura pelas partes não geram a obrigação de solicitar o fornecimento que deles poderá advir independentemente de estimativa de consumo indicada no Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023.
- 13.2. A empresa signatária desta ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente de suas obrigações nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023 e da sua proposta, que passam a fazer parte da presente ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.
- 13.3. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do procedimento licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.
- 13.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



PÁGINA:	
ASS:	

- 13.5. O quantitativo decorrente das adesões a ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 13.6. As demais condições estão consignadas nos seguintes documentos, que são parte desta ata, independentemente de transcrição:
 - 13.6.1. Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023;
 - 13.6.2. Termo de Referência, correspondente ao Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2023;
 - 13.6.3. Proposta da empresa registrada, ajustada ao último lance do pregão.
- **14. DO FORO:** O foro da Cidade de Sidrolândia-MS, é o competente para solucionar conflitos de interesse entre e da empresa adjudicatária, relativos à presente ata e aos contratos dela advindos.
- **15. DA PUBLICIDADE:** O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam à presente ata em três vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Órgão Gerenciador/Detentor:	
•	Prefeita
Pela empresa adjudicatária:	
	Representante legal da empresa



PÁGINA:
ASS:

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3090/2023

Aos	Aos _	diae do						
pela Prefeita, a senhora Vanda Cristina Camilo, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 638.072.381-15, residente e domiciliada à Rua Distrito Federal, nº 64, Centro, no Município de SIDROLÂNDIA-MS, doravante denominada Contratante e a empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com estabelecimento na cidade, doravante denominada Contratada, representada neste ato por, doravante denominada Contratada, representada neste ato por, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação do processo de Pregão Eletrônico Nº 66/2023 - REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal Nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Fedral 10.024/2019, subsidiados pela Lei Federal Nº 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a), e-mail, Endereço, e-mail, Telefone, que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 143/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 089/2023	situac	uias uu	mês de	de	_, na sede	do Municíp	oio de SIDROLÂ	NDIA-MS,
638.072.381-15, residente e domiciliada à Rua Distrito Federal, nº 64, Centro, no Município de SIDROLÂNDIA-MS, doravante denominada Contratante e a empresa cidade este ato por estabelecimento of despacho de homologação do processo de Pregão Eletrônico Nº 66/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal Nº 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Fedral 10.024/2019, subsidiados pela Lei Federal Nº 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a), que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 143/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 0089/2023							-	
de SIDROLÂNDIA-MS, doravante denominada Contratante e a empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com estabelecimento na cidade, doravante denominada Contratada, representada neste ato por, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação do processo de Pregão Eletrônico Nº 66/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal N.º 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Fedral 10.024/2019, subsidiados pela Lei Federal Nº 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a), que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 089/2023	•							
sob o n.º								
sob o n.º, com estabelecimento na cidade, doravante denominada Contratada, representada neste ato por, brasileiro (a), portador (a) da carteira de identidade tipo RG n.º, emitida pela, e do CPF n.º, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação do processo de Pregão Eletrônico № 66/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal N.º 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Fedral 10.024/2019, subsidiados pela Lei Federal Nº 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a), CPF, Endereço, e-mail, Telefone, que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	de	SIDROLAND	IA-MS, do					
							, inscrita no	CNPJ/MF
	SOD	o n.º			,			
neste ato por				dor	, ovanto dor			
	neste	ato nor		, doi:	avante dei	hrasileiro	(a) nortador (a)	da carteira
	de id	entidade tino	RG n º		emit	_, brasileiro ida nela	(a), portador (a) / e de	CPF n ⁰
despacho de homologação do processo de Pregão Eletrônico Nº 66/2023 – REGISTRO DE PREÇOS , nos termos da Lei Federal N.º 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Fedral 10.024/2019, subsidiados pela Lei Federal Nº 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a), CPF, Endereço, e-mail, Telefone, que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023 , gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023 . FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023		ormadao npo	. pactuam	o presente	Contrato.	cuia celebr	racão foi autori	zada pelo
PRÉÇOS, nos termos da Lei Federal N.º 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Fedral 10.024/2019, subsidiados pela Lei Federal Nº 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a), CPF, Endereço, e-mail, Telefone, que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023								
cláusulas e condições que se enunciam a seguir: A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a)								
A empresa acima citada indica como PREPOSTO o(a) Sr(a)	10.02	4/2019, subsi	diados pela	Lei Federal	Nº 8.666/93	3 em sua at	tual redação, ate	endidas as
Sr(a), e-mail, Telefone, que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	cláus	ulas e condiçõ	ões que se er	nunciam a s	eguir:			
Sr(a), e-mail, Telefone, que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	^	omproso	ooimo	oitodo	indica		DDEDOST) (0)
Que responderá por toda e qualquer situação relativa a este Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023						U I I	•	
Contrato. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023								
autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023 , gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023 . FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023			, qı	, e	e-mail _		,	Telefone
autorização da Sra. Vanda Cristina Camilo, Prefeita Municipal, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº 211/2023 , gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023 . FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023			, qı	, e	e-mail _		,	Telefone
constante do Processo Licitatório nº 211/2023 , gerado pelo Pregão Eletrônico nº 66/2023 . FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	Conti	rato.	, qı	, e ue respond	e-mail erá por tod	a e qualque	, er situação rela	Telefone tiva a este
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	Conti	rato. UTORIZAÇÃ	, qı O DA LICIT <i>i</i>	, e ue respond AÇÃO: O p	e-mail _ erá por tod resente Cor	a e qualque	er situação rela ebrado em deco	Telefone tiva a este
contidas e pelas leis: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	Conti	r ato. UTORIZAÇÃ zação da Sr	, qı O DA LICITA a. Vanda C	, e ue respond AÇÃO: O peristina Can	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit	a e qualque ntrato é cele a Municipa	er situação rela ebrado em deco I, exarada em	Telefone tiva a este errência da despacho
Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	Conti	r ato. UTORIZAÇÃ zação da Sr	, qı O DA LICITA a. Vanda C	, e ue respond AÇÃO: O peristina Can	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit	a e qualque ntrato é cele a Municipa	er situação rela ebrado em deco I, exarada em	Telefone tiva a este errência da despacho
Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	DA A autori const	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce	O DA LICITA a. Vanda C esso Licitató	ue respond AÇÃO: O portistina Cam orio nº 211/2	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
Lei Federal n° 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	DA A autori const	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE	O DA LICITA a. Vanda C esso Licitató EGAL: O press:	ue respond AÇÃO: O poristina Cam orio nº 211/2 esente Cont	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
Lei Complementar nº 123/06 Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	DA A autori const	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE das e pelas lei ederal nº 8.66	O DA LICITA a. Vanda C esso Licitató EGAL: O pre s: 6/93 e altera	ue respond AÇÃO: O poristina Cam orio nº 211/2 esente Cont	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
Lei Complementar nº 147/14; Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	DA A autori const	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE das e pelas lei ederal nº 8.666 ederal nº 10.55	O DA LICITA ea. Vanda Cesso Licitató EGAL: O press: 6/93 e alterae 20/02;	ue respond AÇÃO: O peristina Cambrio nº 211/2 esente Conte	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad rato é regio	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg do pelas cl	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
Decreto Municipal nº 101/13 Decreto Municipal nº 089/2023	DA A autori const	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE das e pelas lei ederal nº 8.66 ederal nº 10.52 ederal nº 8.07	O DA LICITA a. Vanda C esso Licitató EGAL: O press: 6/93 e alterad 20/02; 8/90 – Códig	ue respond AÇÃO: O peristina Cambrio nº 211/2 esente Conte	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad rato é regio	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg do pelas cl	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
Decreto Municipal nº 089/2023	Control DA A autori const FUNE contic Lei Fe Lei Fe Lei Fe	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE das e pelas lei ederal nº 8.66 ederal nº 10.55 ederal n° 8.07 omplementar	O DA LICITA a. Vanda Cesso Licitató EGAL: O press: 6/93 e alterad 20/02; 8/90 – Códig nº 123/06	ue respond AÇÃO: O peristina Cambrio nº 211/2 esente Conte	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad rato é regio	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg do pelas cl	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
	Control DA A autori const FUNE contic Lei Fe Lei Fe Lei Ce Lei Ce	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE das e pelas lei ederal nº 8.666 ederal nº 10.55 ederal n° 8.07 omplementar omplementar	O DA LICITA ca. Vanda Casso Licitató EGAL: O press: 6/93 e alteraca 20/02; 8/90 – Códig nº 123/06 nº 147/14;	ue respond AÇÃO: O peristina Cambrio nº 211/2 esente Conte	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad rato é regio	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg do pelas cl	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.
	Control DA A autori const FUNE contic Lei Fe Lei Fe Lei Ce Lei Ce Decree	rato. UTORIZAÇÃ zação da Sr ante do Proce DAMENTO LE das e pelas lei ederal nº 8.66 ederal nº 10.52 ederal nº 8.07 omplementar eto Municipal r	O DA LICITA a. Vanda Consso Licitató EGAL: O press: 6/93 e alterad 20/02; 8/90 – Códig nº 123/06 nº 147/14; nº 101/13	ue respond AÇÃO: O peristina Cambrio nº 211/2 esente Conte	e-mail _ erá por tod resente Cor nilo, Prefeit 2023, gerad rato é regio	a e qualque ntrato é cele a Municipa o pelo Preg do pelas cl	er situação rela ebrado em deco l, exarada em ão Eletrônico r	Telefone tiva a este errência da despacho e 66/2023.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O objeto do presente Contrato "É a eventual Contratação de Empresa para serviço De Hospedagem No Município De Sidrolândia, Para atender a Prefeitura e suas Secretarias".

CLÁUSULA SEGUNDA -	- REGIME	DE E	XECUÇÃO:	O objeto	deste	contrato	será	realizado
por execução indireta.								

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Dá-se	а	este
contrato o valor global de R\$ (_).	

- 3.1 Emitir a NF de bens ou serviços, com os destaques no rodapé da NF dos impostos a ser retido na fonte no caso do IRRF, conforme Inst. Normativa da RF nº 1.234/2012 e **Decreto Municipal nº 089/2023 de 02 de março de 2.023** e o ISSQN Conforme Lei Federal nº116/2003 e Código Tributário Municipal.
- 3.2 O pagamento será parcelado de acordo com o fornecimento, efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, acompanhada do relatório dos serviços prestados e dos seguintes documentos:
 - a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social CND (INSS), mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;
 - c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;
 - d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
 - e) A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - O PRAZO: O prazo de vigência do presente Contrato é de ____ meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo interesse da Administração, o presente Contrato poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- I Nos casos previstos na legislação pertinente;
- **II –** Havendo saldo remanescente quanto ao objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA: As despesas decorrentes da execução do present contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO: Cabe ao **Contratante**, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Finanças, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e, o **Contratado** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **Contratante**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O **Contratado** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: Constituem obrigações do Contratado, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

- 7.1 Sem prejuízo das demais disposições deste **CONTRATO** e dos termos do PROCESSO LICITATÓRIO e PREGÃO supramencionado constituem responsabilidades e obrigações da **CONTRATADA**:
 - 7.1.1 Assumir a responsabilidade por quaisquer danos que venham a ocorrer a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua demora ou da sua omissão na execução do objeto deste **CONTRATO**.
 - 7.1.2 Executar o objeto deste **CONTRATO**, somente mediante autorizações escritas fornecidas pela **CONTRATANTE**.
 - 7.1.3 Cumprir com todos os prazos e condições estabelecidos neste **CONTRATO**.
 - 7.1.4 Assumir, com exclusividade todos encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste **CONTRATO**, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
 - 7.1.5 Cumprir todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 7.1.6 Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ou títulos de créditos emitidos e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão unilateral do **CONTRATO**.
- 7.1.7 Responsabilizar-se pelos ônus de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas ao cumprimento do presente **CONTRATO**;
- 7.1.8 Instruir o fornecimento do objeto do **CONTRATO**, com a nota fiscal correspondente, juntando cópia da solicitação do produto e do comprovante do respectivo recebimento.
- 7.1.9 Manter, durante a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e pregão supramencionados.
- 7.1.10 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da licitante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Constituem obrigações do Contratante:

- 8.1 Sem prejuízo das demais disposições deste **CONTRATO** e dos termos do PROCESSO LICITATÓRIO e PREGÃO supramencionados, constituem responsabilidades e obrigações da **CONTRATANTE**:
 - 8.1.1 Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o **CONTRATO**.
 - 8.1.2 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
 - 8.1.3 Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto do **CONTRATO**, que sejam solicitados pela **CONTRATADA**.
 - 8.1.4 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
 - 8.1.5 Fiscalizar a execução do objeto do **CONTRATO**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou de sua suspensão.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL DE ENTREGA, DO ACEITE, E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS: Os produtos devem ser entregues nos locais informados pela Secretaria Municipal



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

responsável, mediante requisição expedida pelo contratante, respeitando-se o limite da quantidade solicitada.

- § 1º A Contratada obriga-se a fornecer os produtos a que se refere este Contrato, conforme os quantitativos e especificações descritas na Proposta, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição uma vez que não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- **§ 2º -** O recebimento dos produtos se efetivará em conformidade com o art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável pelo Órgão competente, após a verificação da qualidade, quantidade, características e especificação do produto.
- § 3º Recebido os produtos, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar fatos supervenientes que o torne incompatível com as especificações, proceder-se-á a substituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contado da comunicação da irregularidade pelo Órgão.
- § 4º Serão recusados os produtos que não atenderem às especificações constantes no Pregão Eletrônico nº 66/2023 e/ou que não estejam adequados para uso, devendo a Contratada proceder à substituição na forma dos §§ 1º e 2º desta cláusula, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da comunicação.
- § 5º Os produtos, objeto deste contrato devem-se fazer acompanhados da Nota Fiscal/Fatura discriminativa para a efetivação do seu fornecimento.
- § 6º Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.
- **CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Contrato, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar o **Contratado** as seguintes sanções:

- I Advertência por escrito, quando o Contratado praticar irregularidades de pequena monta;
- II Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- III Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do fornecimento, acumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

IV – Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao Órgão competente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente a critério do **Contratante.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO: A rescisão do Contrato poderá ser:

- I determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- **II –** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- III judicial, nos termos da legislação.
- § 1º O Contratado reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.
- § 2º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA Fica o presente contrato, para todos os efeitos de Direitos vinculados ao Edital do Pregão Eletrônico nº 66/2023 Registro de Preços.
- **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -** Aos casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, serão aplicáveis a Legislação pertinente a espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação.
- **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS ALTERAÇÕES:** O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos na legislação pertinente, para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações.
- § 1º Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita mediante Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.
- § 2º O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IPCA/IBGE;
- **PARÁGRAFO ÚNICO –** Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita mediante Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO: Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciará a publicação em resumo do presente contrato, na imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO: O foro do presente contrato será o da Comarca de Sidrolândia/MS, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado firmam o presente termo, com 02 (duas) cópias de igual teor.

	Sidrolândia-MS, de	de
Prefeita Prefeita	CONTRATADA	



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENOPORTE

(170	JIME DA EMPRESA), Inscrita no CNPJ/MF n°, sediada
à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr	P(a), portador(a) do Registro de
lde	entidade (RG) sob nº e inscrito no CPF/MF sob nº
	, juntamente com seu Contador ou Técnico Contábil, devidamente
reg	gistrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), DECLARA expressamente, sob as
pei	nas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, que:
a)	encontra-se devidamente enquadrada no porte empresarial de:
	[] Microempreendedor Individual (MEI); ou
	[] Microempresa (ME); ou
	[] Empresa de Pequeno Porte (EPP).
b)	o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite
	fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006;
۵۱	una de construe dun cun supriente un des binétaces de cuelva a un lociente de cue de 20 C 40
c)	não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a XI, da mesma Lei.
	IIICISOS I a AI, da mesma Lei.
	Local e data.
	Assinatura do representante legal
	Nome completo
	Nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC)
	Assinatura do Contador ou Técnico Contábil
	Additional of Tooling Contabil

Rua São Paulo, 964 - Centro - Fone (67) 3272-7400 - CEP 79.170-000 - Sidrolândia - MS

(com firma reconhecida)